

Justiça em

Edição 65
Ano XII - junho 2018



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Veja os ajustes que a Gestão está fazendo
para se adequar ao novo regime fiscal



NESTA EDIÇÃO

Mudança de nome para transexuais

Fibromialgia

Imigração Japonesa

Medicamentos

Investimentos

Eventos, Cultura e Lazer

FUTURO PLANEJADO

O cenário atual de restrição orçamentária, provocado pelo novo regime fiscal (EC 95/2016 sobre o teto para os gastos públicos), nos obriga a adotar uma série de providências administrativas que visam a contenção das despesas para que a Justiça Federal continue funcionando normalmente.

Dentre as inúmeras ações desenvolvidas pela Diretoria do Foro, destacamos a necessidade de um **planejamento criterioso**, fundamental para a continuidade da prestação jurisdicional; as **mudanças na regra dos restos a pagar**, pois ele é contabilizado no limite orçamentário e prejudica o cálculo do valor que será disponibilizado no ano seguinte; a execução do **1º Orçamento-Programa Participativo** de forma a atender, da melhor forma possível, as necessidades das 44 Subseções Judiciárias; **dividir a força de trabalho de forma mais equânime** para equilibrar a falta de servidores. Subseções com quadro excedente não poderão receber mais servidores, somente os locais com maior necessidade e urgência serão atendidos;

avancar no desenvolvimento do **projeto de modernização de dados** que está inserido nesse cenário de redução de despesas, a fim de automatizar algumas tarefas, criar novos sistemas, melhorar a comunicação institucional e proporcionar treinamentos de capacitação para magistrados e servidores; aumentar os processos de **chamamento público para aquisição de imóveis** com a finalidade de diminuir os gastos com aluguéis; ampliar os debates sobre o **projeto “Rede PJe”**, que vai modernizar a estrutura das varas e trazer inúmeros benefícios tais como o compartilhamento de infraestrutura e de recursos humanos, equalização da carga de trabalho, criação de núcleos nas Centrais de Processamento Eletrônico para execução de tarefas padronizadas, entre outros.

Estes são apenas alguns exemplos de ações que estamos adotando para modernizar a Justiça Federal, mesmo com as limitações orçamentárias impostas pelo novo regime fiscal. Nosso foco é a satisfação dos usuários com o serviço judiciário, sem deixar de valori-

zar a qualidade de vida dos servidores e magistrados.

Por fim, destacamos os assuntos que serão abordados nesta edição da Justiça em Revista: readequação orçamentária e limitação imposta pelo novo regime fiscal; decisão do STF reconhece a mudança de nome para pessoas transsexuais; imigração japonesa; investimento em tempos de Selic baixa; fibromialgia; fornecimento de medicamentos pelo governo; Subsecretaria de Apoio Administrativo – UAPA e muito mais.

Boa leitura!

Luciana Ortiz Zanoni

Caio Moysés de Lima

Décio Gabriel Gimenez



Luciana Ortiz Tavares Costa Zanoni
Juíza Federal Diretora do Foro

Caio Moysés de Lima
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (capital)

Décio Gabriel Gimenez
Juiz Federal Vice-Diretor do Foro (interior)

Maria Helena de Almeida Santos
Diretora da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro
Diretor do Núcleo de Comunicação Social

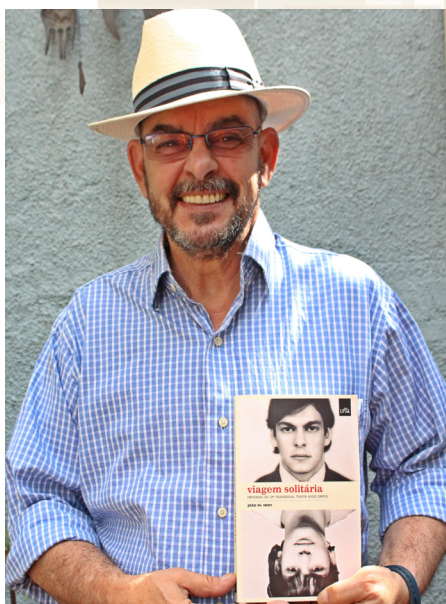
Seção de Multimídia e Audiovisual
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Javã de Carvalho

Seção de Produção de Texto e Atendimento à Imprensa

Fernando Coleti (supervisor)
Jefferson Messias
Kátia Serafim
Mariana Galluzzi de Sá

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174

Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>



MUDANÇA DE NOME PARA TRANSEXUAIS

saram a ser emitidos com o nome social da pessoa trans, caso fosse solicitado. Mas, para alterar os documentos civis, era necessária autorização judicial.

Como ficou: com a decisão do Supremo, que partiu de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), apresentada pela Procuradoria-Geral da República, os interessados podem se dirigir aos cartórios e solicitar a alteração no registro, sem a necessidade de comprovar sua condição psicossocial ou obter autorização judicial. A identidade trans será determinada por autodefinição e a pessoa poderá portar documentos pessoais de acordo com o gênero com o qual se identifica, se veste e se apresenta.

Entrevista

João W. Nery é o primeiro homem trans a se submeter a cirurgias de redesignação de gênero que se tem registro no Brasil. Militante LGBT e autor de vários livros sobre o tema, ele nomeia um projeto de lei que permite a alteração do nome para transexuais no país e que será encaminhado ao Congresso.

Em entrevista para a Justiça em Revista, ele diz que a decisão do STF foi a medida mais importante que aconteceu para o mundo dos transgêneros. “Em-

bora nem todos queiram trocar o nome, a maioria quer, pois quem não tem um nome não existe como cidadão. Então, sem dúvida, foi um avanço fantástico para os Direitos Humanos no Brasil, não só pela mudança, mas pela facilidade de ir ao cartório e não ter mais que se submeter a um processo judicial e, sobretudo, porque despatologizou a transexualidade”.

A decisão ainda não é lei, mas, desde 2013, existe um projeto que torna lei a possibilidade das pessoas trans alterarem o nome no cartório. O projeto de lei “João W Nery” é mais completo do que a decisão do Supremo. João afirma que no projeto “há um artigo que protege os menores. Se aprovada a lei, um menor trans que sofra abuso ou maus tratos da família devido à sua identidade de gênero, o que acontece na maioria dos casos, teria como buscar auxílio junto à Defensoria Pública”.

João conta que tem um perfil no Facebook, com mais de 5 mil homens trans, aos quais presta auxílio. Muitos narram ter sofrido privação de liberdade, espancamentos, humilhações e até “estupro corretivo”¹ de familiares, por não aceitarem sua identidade de gênero. Esses adolescentes acabam não tendo a quem recorrer e fica difícil para quem está fora do contexto familiar prestar socorro sem um respaldo legal. ■

Com a finalidade de garantir o princípio da dignidade da pessoa humana, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou, em decisão unânime, no dia 1/3/2018, que pessoas transexuais poderão alterar o nome e o sexo no registro civil diretamente nos cartórios, sem a necessidade de se submeterem a uma cirurgia de redesignação de gênero ou de processo judicial. Antes da decisão, as pessoas trans podiam apenas utilizar o nome social, que era uma alternativa na qual alguns cadastros e documentos levavam o nome declarado, porém sem alterar o nome registral.

Como era antes: o Decreto Presidencial nº 8.727/2016 determinou o uso do nome social da pessoa travesti ou transexual, de acordo com seu requerimento em atos e procedimentos dos órgãos públicos. Desde então, o título de eleitor, o cadastro da OAB, a inscrição no Enem, o cartão do SUS, crachás, matrículas escolares e outros documentos, pas-

Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois conta a história de João W. Nery, homem transexual. Na obra, ele narra a infância triste e confusa do menino tratado como menina, a adolescência transtornada, iniciada com a ‘monstruação’ e o crescimento dos seios, o processo de autoafirmação e a paternidade.

Vidas trans: A coragem de existir. Os autores Amara Moira, João W. Nery, Márcia Rocha e T. Brant (todas pessoas trans) contam suas histórias de vida, de luta e militância, a fim de reafirmar o direito ao nome, ao corpo e à existência plena.

Transgênero: pessoa que não se identifica com as características do gênero designado a ela no nascimento (travestis e transexuais são transgêneros).

Cisgênero: pessoa que se identifica com as características do gênero designado a ela no nascimento.

Mulher trans: foi designada homem ao nascer, mas se identifica como mulher.

Homem trans: foi designado mulher ao nascer, mas se identifica como homem.

Entenda os conceitos

Livros

¹ Prática criminosa, segundo a qual uma ou mais pessoas (geralmente familiares) estupram mulheres homossexuais, bissexuais, ou homens transgêneros, supostamente como forma de “curar” sua sexualidade.

ACONTECEU – ABRIL/MAIO



REDE PJE – Foi realizada em abril uma reunião com magistrados para tratarem do projeto Rede PJe.



GESTÃO DE DADOS – No dia 3/5 foi realizada a primeira reunião com a equipe de gestão de dados da JFSP, que busca modernizar os procedimentos da administração.



DIRETORIA DO FORO - Em 24/5 a Diretoria do Foro realizou uma reunião, transmitida por videoconferência, com juízes e servidores em que foram tratados assuntos como gestão orçamentária, quadro de servidores, projetos de modernização, entre outros. 📺



VISITAS - As Subseções de Sorocaba e Bauru receberam em maio estudantes do ensino médio e alunos do curso de Direito da UNIP para conhecerem o dia a dia dos fóruns. As visitas fazem parte do projeto *Uma Tarde na Justiça Federal*.




MONITORAMENTO ELETRÔNICO - No dia 4/5 juízes e servidores de varas criminais participaram de um workshop sobre monitoramento eletrônico com o juiz federal Danilo Pereira Júnior e a servidora Celine Salles Migdalski, ambos da Justiça Federal do Paraná. 📺



NOVOS SERVIDORES - Em maio novos servidores tomaram posse na Seção Judiciária de São Paulo.



CEPEMA - A Cepema firmou em maio novos acordos de cooperação, dessa vez com a FMUSP e com DPU/SP. 



CAMPFIRE – Um grupo de juízes participou do 1º Campfire de Gestão Estratégica, realizado no iJusLab.




RIBEIRÃO PRETO - A Central de Conciliação de Ribeirão Preto realizou no dia 16/5, o primeiro encontro de conciliadores e mediadores da Subseção.



GABIN – Nos meses de abril e maio o Gabinete de Inovação e Gestão Integrada realizou encontros para tratar de assuntos como corte orçamentário, capacitação de servidores, entre outros.



CURSO - Foi promovido em maio o curso “Entendendo a Planilha de Custos e Formação de Preços”, para atualização de servidores que atuam na área de contratação. 



VACINAS - Fóruns de São João da Boa Vista, da capital e da Grande São Paulo realizaram campanhas de vacinação contra a gripe.



BRIGADA - No dia 18/5 foi realizada, no Fórum Federal Ministro Pedro Lessa, uma simulação de abandono do prédio para treinar os brigadistas e demais servidores, em caso de incêndio.



OURINHOS - A Subseção de Ourinhos/SP doou ovos de páscoa para as crianças da instituição beneficente Casa Arco Íris, após ter realizado uma campanha de arrecadação.

DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no link correspondente.

29/05 - REJEITADA DENÚNCIA CONTRA ORGANIZADOR DE "TOMATAÇO" EM GILMAR MENDES. A juíza federal Renata Andrade Lotufo rejeitou a denúncia contra uma pessoa por suposta incitação pública à prática de crime (art. 286 do Código Penal), por haver organizado em rede social um "tomataço pacífico" contra o atual ministro do STF, Gilmar Mendes. [🌐](#)

29/05 - JUSTIÇA AUTORIZA USINA A COMERCIALIZAR ETANOL DIRETAMENTE A POSTO. Em decisão liminar, a Justiça Federal autorizou a Usina Figueira e suas filiais a vender etanol combustível diretamente aos postos revendedores na região de Araçatuba/SP, sem que seja aplicada qualquer tipo de penalidade por parte da Agência Nacional de Petróleo (ANP). [🌐](#)

24/05 - COMPLEXO PORTUÁRIO PODE SER CONSTRUÍDO EM TERRENO DE ANTIQ- LIXÃO. De acordo com o autor, o lixão em Santos operou por mais de 50 anos e deixou diversos contaminantes, cuja exposição causaria riscos ao meio ambiente e aos trabalhadores. Todavia, para o juiz federal Alexandre Saliba, documentos nos autos comprovam que a área foi reabilitada. [🌐](#)

23/05 - PREFEITURA DEVERÁ INSTALAR BANHEIROS QUÍMICOS A VÍTIMAS DE DESABAMENTO. A Justiça Federal determinou que a prefeitura de São Paulo instale, em 48 horas, banheiros químicos no Largo Paissandu (capital), local onde houve o incêndio e desabamento do Edifício Wilton Paes de Almeida, no dia 1º de maio, deixando quase 200 famílias desalojadas. [🌐](#)

22/05 - DETERMINADA DESAPROPRIAÇÃO DE ÁREA PARA QUILOMBOLAS EM ITATIBA. Justiça Federal julgou procedente a ação movida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para decretar a desapropriação de uma área de quase 10 hectares que será destinada ao "Território Comunida-

de Quilombola Brotas", incluindo a parte denominada Sítio Brotas. [🌐](#)

11/05 - MICROSOFT NÃO PODE OBTER DADOS DOS USUÁRIOS SEM AUTORIZAÇÃO. A Justiça Federal determinou que a Microsoft Informática LTDA ofereça atualização do sistema operacional Windows 10, com ferramenta que permita ao usuário definir se autoriza ou não o uso de seus dados, de forma simples, direta e fácil. [🌐](#)

03/05 - JUSTIÇA SUSPENDE RENOVAÇÃO DE CONCESSÃO DE USINA EM ROSANA/SP. A 2ª Vara Federal de Presidente Prudente/SP suspendeu o processo de renovação do contrato de concessão da Usina Hidroelétrica (UHE) Porto Primavera, até que seja realizada ao menos uma audiência pública presencial no município de Rosana/SP. [🌐](#)

27/04 - CORREIOS NÃO PODEM FAZER REAJUSTE ACIMA DE 8% PARA COMÉRCIO ELETRÔNICO. A ABCOMM alega a ocorrência de aumentos abusivos praticados pela ECT que prejudicam operações de comércio eletrônico realizadas por seus associados, já que a maior parte das empresas de e-commerces depende dos Correios para a entrega das mercadorias adquiridas pelo público consumidor. [🌐](#)

24/04 - CORREIOS NÃO SÃO RESPONSÁVEIS POR ASSALTO DENTRO DA AGÊNCIA. Para a juíza federal Sílvia Figueiredo Marques, não ficou demonstrada nos autos a omissão por parte dos Correios, pois, a agência não é obrigada a contratar vigilante para o estabelecimento, como alega o autor. [🌐](#)

19/04 - UNIÃO DEVE INDENIZAR SERVIDOR POR FÉRIAS NEGADAS APÓS LICENÇA MÉDICA. Um servidor federal lotado na Procuradoria da República em Santos/SP, precisou se ausentar do trabalho para tratamento de saúde e, ao retornar, entrou com pedido administrativo para gozo de férias referente ao tempo em

que esteve afastado, mas seu pedido foi negado. [🌐](#)

17/04 - PORTADOR DE ALZHEIMER TEM ISENÇÃO DE IRPF EM APOSENTADORIA. A Justiça Federal reconheceu o direito de um aposentado, portador da doença de Alzheimer, de ser isento de imposto de renda sobre os proventos de aposentadoria, desde a data do diagnóstico. A decisão é da juíza Tatiana Pattaro Pereira, da 4ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP. [🌐](#)

12/04 - SERVIDORA DO IPEN TEM DIREITO À REDUÇÃO DE JORNADA DE TRABALHO. A 8ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP concedeu a redução de jornada semanal de trabalho, de 40 para 24 horas, a uma servidora do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares – Ipen, por trabalhar exposta à radiação. [🌐](#)

05/04 - PIS/PASEP QUE NÃO FORAM SACADOS NOS ÚLTIMOS CINCO ANOS DEVEM SER PAGOS. A Justiça determinou que a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Banco do Brasil convoquem os trabalhadores com direito aos abonos salariais PIS/Pasep não sacados nos últimos cinco anos para comparecerem às agências, a fim de receberem o benefício. [🌐](#)

05/04 - DNIT NÃO É RESPONSÁVEL POR ANIMAL EM RODOVIA. A Justiça Federal julgou improcedente o pedido de uma operadora de seguros que pretendia ser ressarcida pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes pelos danos gerados decorrentes do pagamento de prêmio sobre um acidente entre um carro, por ela segurado, e um animal, na Rodovia BR-407. [🌐](#)



110 ANOS DA IMIGRAÇÃO JAPONESA

A Lei nº 11.142/2005 instituiu o Dia Nacional da Imigração Japonesa no Brasil, celebrado em 18 de junho, em referência à chegada oficial da primeira embarcação com imigrantes japoneses no país, pois, embora já houvesse alguns no Brasil, esse foi o primeiro grupo oficial.

Neste ano de 2018, completam-se 110 anos da chegada do navio Kasato Maru, que após uma viagem de 52 dias, aportou em Santos/SP, quando desembarcaram 781 imigrantes. Segundo relatos do jornal Correio Paulistano da época, as famílias vieram de 12 diferentes províncias do Japão, a grande maioria de Okinawa, Kagoshima e Yamaguchi.

Ao chegarem a terras brasileiras, os imigrantes japoneses permaneceram por alguns dias na Hospedaria dos Imigrantes, atual Museu do Imigrante, na capital paulista, e depois seguiram viagem para as fazendas produtoras de café no interior de São Paulo e outros estados.

O acordo de imigração entre os dois países foi firmado em 1907 e durou até 1941. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o processo de imigração foi retomado, estendendo-se por mais 10 anos, quando, então, os países entraram em outras fases econômicas e estabeleceram diferentes relações de cooperação econômica e técnica.

Há 100 anos, o artigo “O trabalho japonês em São Paulo”, publicado pelo jornal O Estado de São Paulo, retratou que já havia em 1918 mais de 19 mil japoneses no país. Desses, cerca de 1,5 mil trabalhavam na lavoura por conta própria. E foi assim que deu início a história nipônica na região paulista conhecida como Alto Tietê, com destaque para Mogi das Cruzes, Suzano, Biritiba Mirim, Guararema, Salesópolis, Arujá e Santa Isabel.

Com o passar dos anos, japoneses e seus descendentes também se fixa-

Museu Bunkyo

Localizado no bairro da Liberdade, o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil possui um acervo de mais de 97 mil itens dentre eles diários escritos durante o desbravamento, pinturas descrevendo o seu modo de vida, utensílios domésticos e de trabalho, constituindo-se em um importante acervo que registra a história dos imigrantes japoneses no país. 🌐

ram na cidade de São Paulo, disseminando e fortalecendo a presença da cultura oriental de diversas formas, a exemplo do bairro Liberdade, localizado na região central da capital paulista.

Os imigrantes chegaram ao bairro a partir de 1912. Já nessa época, surgiram algumas atividades comerciais, como uma hospedaria, um empório, uma casa que fabricava tofu (queijo de soja), outra que fabricava manju (doce japonês) e firmas agenciadoras de empregos.

O lugar se tornou ponto turístico e é conhecido como o maior reduto da comunidade japonesa na cidade, congregando a maior colônia japonesa do mundo, fora do Japão.

Com o tempo, a região passou a ser procurada também por chineses e coreanos, o que fez com que o lugar fosse conhecido como o “bairro oriental” de São Paulo, com fachadas escritas com ideogramas japoneses e com arquitetura tradicionalmente oriental.

A região promove várias festas durante todo o ano divulgando a cultura oriental, como o Tanabata Matsuri (Festival das Estrelas), quando as principais ruas do bairro são enfeitadas com bambu e grandes enfeites de papel simbolizando as estrelas. Já em dezembro acontece o Toyo Matsuri, um festival com a apresentação de várias manifestações culturais do oriente, além do Moti Tsuki, o Festival de Final do Ano.

Kasato Maru

Antes de ser uma propriedade do Império Japonês, a embarcação de origem britânica e batizada com o nome de Potosi, foi comprada por uma organização Russa que a adaptou para o transporte de tropas e a rebatizou com o nome de Kazan.

Em 1904 com a guerra russo-japonesa pela expansão das esferas de influência no extremo oriente, o então Kazan naufragou após um ataque das tropas nipônicas. Com a vitória do Japão e a ocupação das forças japonesas, o navio foi resgatado e passou a servir à Marinha Imperial do Japão, quando então ganhou outro nome: Kasato Maru.

Em 1910 a embarcação foi vendida e sofreu reformas que a possibilitou acomodar um total de 520 passageiros em três diferentes classes. Seis anos depois foi estabelecida uma linha comercial entre Japão e América do Sul, e o Kasato Maru foi o vapor escolhido para inaugurá-la.

No ano de 1930 o navio foi novamente vendido para uma empresa de pesca japonesa. Contudo, em 1942, o Kasato Maru foi requisitado pela Marinha Imperial Japonesa, e em meados de 1945, durante a Segunda Guerra Mundial ele afundou no Mar de Okhotsk, durante um violento ataque aéreo norte-americano.

Além disso, em todos os finais de semana acontece a Feira da Liberdade, que reúne elementos típicos da cultura do Japão, com destaque especial para a gastronomia. ■



Fontes:
Consulado Geral do Japão em São Paulo -
www.sp.br.emb-japan.go.jp
www.brasil.gov.br
www.vempraliba.com.br
www.diariodesuzano.com.br
www.perfilnautico.com.br
www.imigracaojaponesa.com.br

OS DESAFIOS DA JFSP NA READEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em dezembro de 2016, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional n.º 95, conhecida como Emenda do Teto de Gastos Públicos, que surgiu com o objetivo de equilibrar as contas públicas, por meio de um rígido mecanismo de controle de gastos.

Entre os principais pontos trazidos pela Emenda, a partir de 2018, os gastos federais só podem aumentar conforme a inflação acumulada nos 12 meses anteriores. Caso o órgão desrespeite seu teto, ficará impedido de, no ano seguinte, dar aumento salarial, contratar pessoal, criar novas despesas ou conceder incentivos fiscais. Para alguns críticos, a Emenda impede investimentos públicos.

Mas o fato é que a Emenda foi aprovada, está em vigor e todos os órgãos têm de se adequar a ela.

“Desde a promulgação da Emenda, em 2016, nós tivemos um corte grande no orçamento, em mais de 30%. Fomos obrigados a reduzir os gastos em diversas áreas, especialmente nos contratos ordinários como limpeza, segurança, quadro de estagiários etc. Foi um momento difícil”, explicou a juíza federal Luciana Ortiz Zanoni, diretora do Foro.

Na ocasião, a JFSP publicou uma ordem de serviço que estabelecia que os prédios da Seção Judiciária de São Paulo teriam de fechar as portas e apagar as luzes às 19h10, que um elevador por prédio deveria ser desligado, que o período de utilização do ar-condicionado seria de, no máximo, cinco horas diárias, entre outras medidas.

“O problema é que neste ano, 2018, também sofremos a mesma diminuição no orçamento. Se não mantivermos o mesmo critério de contenção de despesas que adotamos em 2016, com a contribuição de todos, teremos que fa-



zer novos cortes, pois o dinheiro não vai surgir com emendas ou complementos”, disse Luciana, em reunião realizada em maio, com magistrados e servidores.

A juíza adiantou que no próximo ano não será possível ampliar as despesas de duração continuada, como o quadro de funcionários terceirizados (vigilantes, limpeza, manutenção predial etc), estagiários, valores de aluguéis dos imóveis, serviços de impressão, entre outros.

Luciana ainda falou da dificuldade que a Seção Judiciária enfrenta para nomear novos servidores, aprovados em concurso público. Ela explicou que, no momento, em cargos vagos com impactos orçamentários (servidores que se aposentam, por exemplo), só é possível fazer novas nomeações se houver autorização do Conselho da Justiça Federal. Somente para os cargos sem impacto (decorrentes de exonerações, por exemplo), a JFSP pode nomear.

Nos meses de maio e junho, Luciana junto com a presidente do TRF3, desembargadora Therezinha Cazerta, cumpriram intensa agenda de reuniões com parlamentares no Congresso Nacional em Brasília, para angariar apoio a uma emenda no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária de 2019, fundamental para a prestação de serviços essen-

ciais da Justiça Federal.

Mas se por um lado a Seção Judiciária tem sofrido com a necessidade de economizar em diversas áreas, por outro, ela foi obrigada a criar maneiras alternativas de investir na prestação do serviço à população sem onerar o seu orçamento. Veja algumas delas:

iNovaJusp: lançado em novembro de 2016, o Programa de Gestão e Inovação da Seção Judiciária de São Paulo é baseado na construção coletiva de ações que promovam mudanças na operacionalidade das atividades, propiciando melhores resultados ao serviço público. Tem a participação de juízes e servidores no estabelecimento das metas prioritárias para a JFSP.

Gabinete da Inovação e Gestão Integrada: o Gabin é uma comissão formada pela Diretoria do Foro, Escola de Servidores e gestores da Administração Central, que se reúnem mensalmente para alinhar as atividades de gestão das subsecretarias administrativas; propiciar visão sistêmica das diversas áreas; promover a tomada de decisão participativa; e aprovar o Planejamento Estratégico Situacional encaminhado pelo Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora (Congip).

Conselho de Governança Integrada, Participativa e Inovadora: participam do Congip, além dos membros do Gabin, juízes representantes dos polos de gestão e respectivos diretores de Secretaria ou de Núcleos de Apoio Regionais; um representante da associação regional de juízes e um do sindicato dos servidores da Justiça Federal de São Paulo. Entre as atribuições, estão alinhar as atividades de gestão das áreas administrativas de todas as subseções judiciárias; propiciar um canal de comunicação dos juízes e servidores com a Diretoria do Foro; propor prioridades na alocação de recursos, entre outras.

Orçamento-Programa Participativo (OPP): todas as subseções judiciárias participam da elaboração do orçamento, encaminhando propostas de acordo com suas prioridades e necessidades. Há também a participação da sociedade civil, por meio de audiências públicas que são realizadas anualmente. “Embora estejamos no ano de 2018 executando o primeiro OPP, ele já permitiu, no ano de 2017, uma reorganização dos gastos, que passaram a ser planejados e direcionados para as necessidades das subseções. Todas essas medidas permitiram economia, já que evitaram gastos improvisados e desnecessários”, afirmou Luciana. Para o diretor acadêmico do NUES, juiz federal Paulo Cezar Neves Junior, “essa forma de participação direta de magistrados e servidores na gestão tem se revelado muito útil nesses momentos de crise orçamentária, na medida em que nos permite planejar melhor e definir prioridades ouvindo todos. É uma verdadeira mudança de paradigma na administração da Justiça”.



Mapeamento dos Fluxos de Trabalho: foi realizado o mapeamento dos serviços dos setores administrativos, sendo um passo necessário à implantação da gestão por processos de trabalho, fazendo com que o conhecimento dos procedimentos não fique restrito a apenas um servidor, mas seja compartilhado por todos, garantindo a continuidade do serviço e a transparência das informações. “Com o mapeamento, será possível conhecermos melhor o nosso trabalho, identificar gargalos, retrabalhos, existência de riscos, entre outras possibilidades. Em um segundo momento, faremos a gestão desse conhecimento, buscando soluções inovadoras para os problemas encontrados e refinamento do nosso serviço”, afirmou Luciana.

Rede PJe: o projeto prevê a criação de uma rede colaborativa, levando em consideração as inúmeras mudanças no mundo contemporâneo (tecnológicas, ambientais e orçamentárias, entre outras) e o fato de que a estrutura organizacional do Judiciário, de algum modo, precisa dialogar com a nova realidade. A versão inicial foi encaminhada aos magistrados e servidores, que puderam se manifestar apresentando suas ponderações. A partir dessas contribuições, o projeto inicial passou por reanálise e alguns pontos foram revistos e/ou aprofundados. A fim de que todos possam contribuir para a construção da versão final, será discutida a proposta com o conjunto da SJSP, de julho a setembro, em reuniões descentralizadas e por meio eletrônico (intranet).

Modernização da Gestão de Dados: projeto busca reunir informações, que atualmente estão armazenadas em planilhas e de forma fragmentada, transportando-as para um banco de dados único. “A ideia é tornar essas informações disponíveis a todas as áreas, a fim de que se possa ter uma visão geral da Administração sem a necessidade de solicitar relatórios”, disse o juiz federal Caio Moysés de Lima, vice-diretor do Foro. O objetivo do projeto é formar um “armazém de dados”, por meio do uso de ferramentas que trabalham com fórmulas estatísticas, geram gráficos e podem relacionar diferentes bancos de dados. Uma equipe integrada por servidores da Administração Central está sendo treinada para levar adiante esse trabalho. Há projetos de sistemas nas áreas de licitações e contratos, administração predial, formulário para subseções, entre outros.

Aluguéis de imóveis: a Diretoria do Foro espera reduzir drasticamente despesas com aluguel. Recentemente, a JFSP comprou um prédio para o Fórum de Barueri, deixando de pagar um elevado valor de locação. Já as Turmas Recursais, na capital, foi para outro edifício, com um aluguel muito mais barato que o anterior. Em outras subseções com despesas altas com locação, casos de Mauá, Americana e Taubaté, foi realizado um chamamento público para verificar a viabilidade de aquisições de imóveis nessas cidades. ■



A Seção Judiciária de São Paulo, para atender à legislação, deve reduzir em 26,5% as despesas discricionárias (aquelas que não são obrigatórias, também chamadas despesas de custeio e investimento) para o exercício de 2019. Para isso, servidores e magistrados que tiverem sugestões de novas estratégias de economia de gastos podem encaminhá-las, via e-mail, para a Subsecretaria de Planejamento Orçamentário e Finanças: admsp-upof@jfsp.jus.br.

INVESTIMENTOS EM TEMPOS DE SELIC BAIXA

A taxa Selic é a taxa básica de juros da economia brasileira. Ela serve de referência para o mercado financeiro e pode afetar a inflação e também a rentabilidade dos investimentos. Nos últimos dois anos, a Selic baixou gradativamente de 14,25% para 6,50% (maio/2018), o menor patamar já atingido. Esse índice é definido pelo Comitê de Política Monetária (Copom), que se reúne a cada 45 dias e é responsável por estabelecer a taxa de juros do período.

As mudanças na taxa Selic repercutem nos investimentos, uma vez que ela é utilizada como base de diversos outros índices, como o CDI (Certificado de Depósito Interbancário), por exemplo. Em alguns casos, o aumento ou redução da taxa básica de juros traz impactos diretos na remuneração das aplicações, em outros, essa variação torna alguns ativos financeiros mais interessantes ou não.

Renda Fixa

Títulos privados como CDB (Certificado de Depósito Bancário), LCA (Letra de Crédito Agrícola), LCI (Letra de Crédito Imobiliário) e Fundos DI remuneram através do pagamento de um percentual do CDI. Assim, quando a taxa Selic cai, o CDI também diminui, tornando os investimentos em renda fixa menos vantajosos. O mesmo ocorre com tí-

tulos públicos, como o Tesouro Selic, que usam essa taxa como referência para calcular a remuneração.

Como alternativa, o investidor que prefere a segurança da renda fixa pode buscar remunerações maiores com títulos de médio e longo prazo, como o Tesouro IPCA, que segue a variação da inflação. Também há a opção de buscar aplicações em instituições financeiras de porte médio, as quais oferecem taxas mais atrativas como forma de conquistar clientes.

Renda Variável

Com a redução dos ganhos de renda fixa, muitos investidores têm procurado o mercado de ações e de fundos imobiliários, que apresentam maior rentabilidade, porém trazem um risco maior. A relação da taxa Selic com a renda variável não é direta, pois a remuneração desses investimentos depende, em grande parte, do desempenho das empresas e do mercado imobiliário, entre outros.

De acordo com especialistas, a redução da taxa Selic sinaliza uma tentativa de aquecer a economia, estimular o consumo e, por consequência, a atividade produtiva. Se essa queda na taxa de juros vier seguida de um crescimento estável da economia, o risco de endividamento por parte das empresas

e das famílias tende a diminuir, e isso pode trazer os juros dos financiamentos para baixo. Com um crédito barato, a economia entra em maior capacidade de consumo e começa a crescer substancialmente, o que beneficia as empresas e, consequentemente, promove a valorização de suas ações na bolsa.

Diversificação

No atual cenário econômico, especialistas têm apontado a diversificação dos investimentos como a principal estratégia para reduzir riscos e garantir uma boa rentabilidade no médio e longo prazo. Diversificar é criar uma carteira de ativos com uma estratégia baseada em diferentes indexadores, evitando que toda a sua rentabilidade esteja exposta ao mesmo tipo de risco de determinado segmento ou mercado.

Um exemplo de diversificação são as aplicações em fundos multimercados, que aliam produtos de renda fixa e variável. Esses fundos são a opção para o investidor que está disposto a assumir um risco maior em sua carteira, mas que talvez não se sinta seguro em investir por si próprio, pois, nessa modalidade, ele passa a responsabilidade do investimento a um gestor profissional que montará a carteira de ativos, a fim de conseguir um rendimento apropriado ao objetivo do fundo.

Como os fundos multimercados possuem flexibilidade, eles podem agradar tanto os investidores que são mais conservadores quanto aqueles que querem assumir um risco maior. ■



Fontes:
InfoMoney
Paraná Banco
Rico Investimentos

FIBROMIALGIA

A fibromialgia é uma síndrome reumatológica que provoca dor muscular generalizada no corpo, com sintomas que podem começar após trauma físico, infecção, cirurgia ou tensão psicológica significativa. A fibromialgia também está ligada à fadiga, distúrbios de sono, dores de cabeça, lapsos de memória, depressão e ansiedade. Em alguns casos, os sintomas ocorrem de forma gradual, sem que se consiga determinar uma causa específica.

A Sociedade Brasileira de Reumatologia estima que a síndrome afeta cerca de 3% da população, sendo mais comum em mulheres, que representam entre 80% e 90% dos casos. Acredita-se que a doença seja provocada por um descontrole na área do cérebro responsável pelo processamento da dor. Pesquisas apontam, ainda, fatores genéticos, que tornariam o indivíduo mais suscetível a desenvolver o problema.

Diagnóstico

Não existem testes laboratoriais para o diagnóstico da fibromialgia. Ele é feito clinicamente pelo médico (reumatologista) através do histórico do paciente e de um exame físico, no qual deve ser manifestada dor em pelo menos 11 dos 18 pontos específicos do corpo. Além disso, o diagnóstico de fibromialgia pode ser sugerido se uma pessoa teve dor generalizada por mais de três meses. Para ser considerada generalizada, a dor deve ocorrer em ambos os lados do corpo, acima e abaixo da cintura.

O médico poderá solicitar alguns exames para descartar a hipótese de que a pessoa possua outras doenças com sintomas semelhantes aos da fibromialgia e, também, para detectar problemas que podem influenciar na evolução da síndrome.

Tratamento

A fibromialgia não tem cura, por isso a ênfase do tratamento está em minimizar os sintomas e melhorar a saúde a fim de aliviar a dor, bem como restabelecer o equilíbrio emocional,

to não farmacológico, como relaxantes musculares, analgésicos de ação central, incluindo antidepressivos e antiepiléticos que tenham ação analgésica, bem como remédios indicados para melhorar o padrão de sono. Os casos graves podem ser encaminhados a uma clínica especializada em dor.

Fatores de Risco

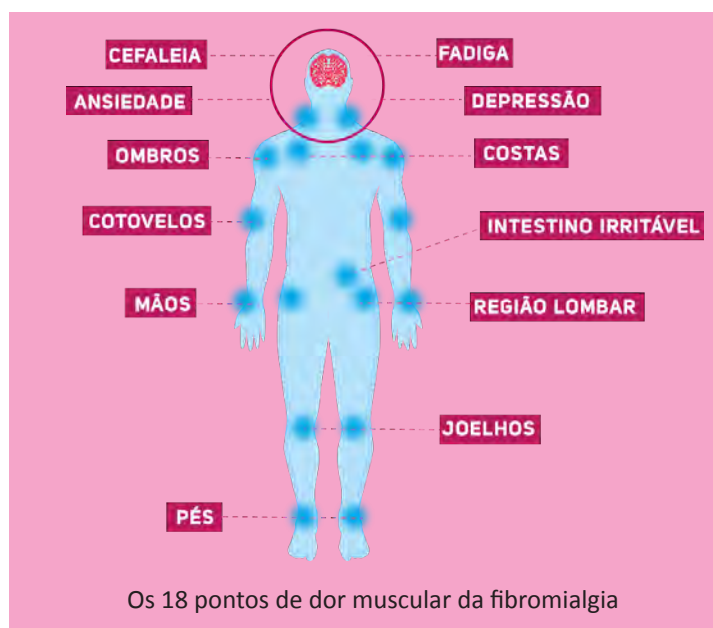
Os médicos alertam para alguns fatores de risco em relação à fibromialgia:

Histórico familiar - a doença é recorrente em pacientes que tenham familiares com esse diagnóstico;

Gênero - a síndrome é de 8 a 10 vezes mais frequente em mulheres do que em homens, em especial naquelas que têm entre 20 e 55 anos (mas há casos em pessoas mais velhas, crianças e adolescentes);

Doença reumática - pacientes com doenças como artrite reumatoide ou lúpus são mais suscetíveis ao problema.

A fibromialgia é uma condição médica crônica, que pode persistir durante toda a vida. Apesar de ainda não ter cura, ela não é uma doença progressiva e, em muitas situações, melhora com o tempo e há casos em que os sintomas retrocedem quase totalmente. Especialistas ressaltam que a atitude do paciente no enfrentamento da doença também é fundamental para a recuperação. ■



melhorar a qualidade do sono e do condicionamento físico, entre outros. O tratamento tem uma abordagem multidisciplinar e pode envolver um programa de exercícios, fisioterapia, acupuntura, terapia cognitivo-comportamental e alívio do estresse. É necessário adotar uma dieta balanceada, evitar cafeína e manter uma boa rotina de descanso.

Existem alguns medicamentos que são utilizados junto com o tratamen-

O JUDICIÁRIO E OS MEDICAMENTOS DO SUS

Para pessoas que são submetidas a tratamentos clínicos, os medicamentos são considerados produtos de primeira necessidade. Dependendo do tipo de tratamento, os custos elevados dos remédios podem ser um fator impeditivo para a cura ou apenas para garantir uma vida um pouco mais confortável.

Com o atual cenário de crise no país e os altos preços dos fármacos, que sofrem reajustes anuais autorizados pelo governo federal, há remédios que são tão caros que se torna impossível comprá-los, tendo o paciente que recorrer ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Como regra, para conseguir remédios por meio do SUS é necessário, além da receita médica devidamente preenchida, que o medicamento conste na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (Rename) que é publicada pelo Ministério da Saúde e define os fármacos que devem atender às necessidades de saúde prioritárias da população.

A lista divide os medicamentos em cinco anexos: básico, estratégico, especializado, insumos e hospitalar. Em complemento à lista, há os medicamentos excepcionais, que geralmente são de uso contínuo e de alto custo, usados no tratamento de doenças crônicas e raras, disponibilizados em farmácias específicas e seguindo regras e critérios diferenciados, estabelecidos pelo Ministério da Saúde.

Nos últimos anos houve um significativo aumento de ações judiciais que pretendiam garantir o acesso a medicamentos considerados de alto custo ou importados, alguns não registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A interferência do Judiciário nessa questão gerou polêmica entre juristas e especialistas em administração pública, o tema ficou conhecido como “judicialização de medicamentos do SUS”.

Em uma decisão proferida em fevereiro de 2018, a juíza federal Ana Lúcia Petri Betto, da 6ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP, reconheceu como legítima a apreciação da Justiça Federal no pedido formulado por uma cidadã acometida de artrite reumatoide anti CPP e de poliartrite de mãos e pés, que pleiteava o reestabelecimento do fornecimento de medicamento Rituximabe. Ela realizava o tratamento custeado pelo SUS e retirava regularmente o remédio, devidamente registrado na Anvisa, em farmácia de alto custo, contudo, o fornecimento havia sido suspenso por falta do fármaco.

“O direito brasileiro adotou um modelo em que o vínculo entre os níveis federativos quanto aos direitos sociais é de solidariedade irrestrita, de que decorre a assunção de que, enquanto codevedores solidários, quaisquer deles podem ser demandados pela omissão no cumprimento de políticas públicas que concretizem tais direitos”, afirmou Ana Lúcia.


A decisão também destacou que a Constituição Federal de 1988 instituiu a saúde como direito fundamental, garan-

tindo o acesso aos tratamentos necessários à manutenção da vida e da saúde, devendo o Estado fornecer especialmente àqueles que não tiverem condições financeiras, não podendo a Administração eximir-se da obrigação sob quaisquer pretextos.

Para a magistrada, é importante que a obrigação imposta para o fornecimento do medicamento não transforme o Poder Judiciário em cogestor dos recursos destinados à saúde pública. Cumpre ao Judiciário a concessão de tutela útil e efetiva para afastar obstáculos criados à garantia dos direitos subjetivos elencados na Constituição Federal, sem a intromissão de um Poder em outro.

“Portanto, a determinação de fornecimento de medicamento não implica invasão, pelo Poder Judiciário, da competência da Administração Pública, porquanto, na espécie, atua de acordo com a sua função precípua, que é a de determinar que sejam aplicados os preceitos constitucionais e legais ao caso concreto”, completou a juíza Ana Lúcia Petri Betto em sua decisão. ■

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) publicou, em maio de 2018, o acórdão de mérito do Recurso Especial nº 1.657.156/RJ, representativo da controvérsia repetitiva sobre a obrigatoriedade de fornecimento, pelo Estado, de medicamentos não contemplados no Programa de Medicamentos Excepcionais, do Ministério da Saúde. A tese foi firmada nos seguintes termos: “A concessão dos medicamentos não incorporados em atos normativos do SUS exige a presença cumulativa dos seguintes requisitos: (i) Comprovação, por meio de laudo médico fundamentado e circunstanciado expedido por médico que assiste o paciente, da imprescindibilidade ou necessidade do medicamento, assim como da ineficácia, para o tratamento da moléstia, dos fármacos fornecidos pelo SUS; (ii) incapacidade financeira de arcar com o custo do medicamento prescrito; (iii) existência de registro na ANVISA do medicamento”.

Acesse o acórdão 

SUBSECRETARIA DE APOIO ADMINISTRATIVO



Rogério Duca, Rogério Amaral, Jane Nascimento e Giulia Tanaka

A Subsecretaria de Apoio Administrativo (UAPA), vinculada à Diretoria Administrativa, conta com 108 servidores distribuídos entre sete núcleos, e tem atribuições diversificadas, atuando em duas frentes: área administrativa e área fim.

A UAPA é responsável por gerenciar diversos tipos de atividades, como contratação e gestão de serviços e materiais diversos para as 53 unidades da JFSP, entre eles, passagens aéreas, limpeza e conservação dos prédios, transporte, coleta de lixo, suporte operacional, impressoras multifuncionais, publicação de editais, Correios, telefonia, vigilância, central de monitoramento por Circuito Fechado de TV (CFTV) e tornozeleiras eletrônicas.

Além disso, atua diretamente nas atividades voltadas para a área fim, como a elaboração de cálculos judiciais, acompanhamento e fiscalização de penas e medidas alternativas e suporte técnico nas áreas de distribuição, protocolo, certidões e arrecadação.

Jane Nascimento, diretora da UAPA, conta como está sendo o desafio de gerir uma subsecretaria que lida diretamente com orçamentos, em tempos de reestruturação orçamentária e na era da inovação. Como exemplo mais recente

este contexto, ela cita a contratação do monitoramento eletrônico de pessoas por meio do uso de tornozeleiras, medida que trará mais efetividade na fiscalização do cumprimento das decisões judiciais.

Ainda sobre a inovação, Jane afirma que, durante sua formação em Administração de Empresas, aprendeu que um elemento básico para gestão de qualquer negócio era “enxergar o presente pelo olhar do futuro. Trabalhando em uma organização pública, esse foi um pensamento que durante muitos anos ficou adormecido. Ter a oportunidade de usar esse enfoque nas diversas atividades da UAPA tem sido uma experiência fantástica e, sem dúvida, um meio fundamental para enfrentar os grandes desafios impostos pela restrição orçamentária”.

A Subsecretaria foi a responsável pelo estudo e implantação do CFTV da Justiça Federal, medida que aumentou a segurança dos fóruns, facilitou o trabalho dos agentes e colaboradores do setor e modernizou vigilância das subseções. Outras medidas de inovação estão sendo estudadas pela área para 2018 e 2019.

Entre as novidades em fase de estudos na UAPA para implementação,

estão as máquinas de café, por meio das quais os servidores poderão se servir da bebida, que será preparada na hora, evitando desperdícios. Outra medida de modernização e inovação que está sendo estudada pela Subsecretaria é a instalação de raios-X de bagagem em todos os fóruns, o que vai aumentar a segurança, agilizar o acesso do público aos prédios e auxiliar na revista de pertences.

Há também a implementação de sistema tecnológico de impressão inteligente, que evita perdas e facilita a rotina dos servidores, pois todas as impressoras do prédio ficam interligadas, sendo possível solicitar impressão de qualquer computador e retirar em qualquer impressora do edifício, auxiliando a organização no caso de situações em que os servidores precisem de impressão fora da estação de trabalho.

A diretora da UAPA conta que o ponto forte da Subsecretaria é a equipe, com profissionais comprometidos e eficientes, que, apesar de serem em número reduzido, cumprem as tarefas com excelência. Jane considera os maiores desafios de sua gestão “vencer a crise orçamentária e o quadro reduzido de servidores, e auxiliar as áreas a manter a excelência no serviço público, mesmo com as limitações do cenário atual”. ■

EVENTOS E CULTURA




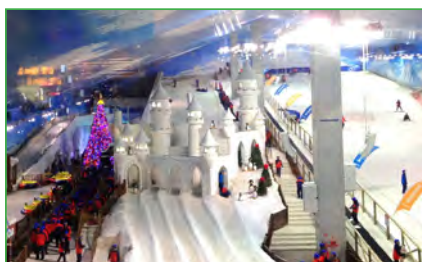
FESTIVAL VALE DO CAFÉ (20 A 29/7)

No Festival Vale do Café o visitante tem a oportunidade de conhecer a mais rica região do Brasil no XIX, localizada no Vale do Paraíba, com as fazendas históricas da região sendo palco para a celebração da arte, da música e da cultura.




SESC

Durante todo o mês de julho, as unidades do Sesc realizam uma programação especial para o período de férias, com atividades culturais e recreativas voltadas para toda a família, parte delas com entrada franca. Acesse o site e confira a agenda. 




PARQUE SNOWLAND GRAMADO

Em uma área de 16 mil m², o parque recria um vilarejo alpino com temperatura entre -5°C e -3 °C, proporcionando um clima europeu e atividades para todas as idades incluindo patinação, esqui, snowboard, além da descida da montanha de neve com o Tubin. 




DIONNE WARWICK - 50 ANOS DE SUCESSO (23/8)

Com uma voz única e vencedora de 5 prêmios Grammy, Dionne está de volta ao Brasil para apresentar o seu show que comemora 50 anos de carreira. Com mais de 100 milhões de discos vendidos, ela coleciona sucessos como *I say a little prayer for you*, *I'll never love this way gain* e *That's what friends are for*. Espaço das Américas, Rua Tagipuru, 795 - a partir de R\$ 180. 



“ISSO É COISA DE PRETO – 130 ANOS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO” (ATÉ 29/7)

A exposição homenageia artistas e personalidades negras dos séculos XIX e XX, além da arte afro-atlântica de Cuba e Haiti. A mostra destaca a produção por meio de pinturas, fotografias, litografias, esculturas e desenhos que evidenciam a fundamental contribuição africana na construção do país. Museu Afro Brasil, Parque Ibirapuera, Portão 10 - R\$ 6 e gratuidade aos sábados. 

LIVROS E FILMES



Controle de Convencionalidade - Novo Paradigma para a Magistratura Brasileira

Assunto: Direito

Autor: Sylvia Marlene de Castro Figueiredo

A autora é juíza federal da 3ª Vara Federal de Sorocaba/SP e diretora da Subseção Judiciária Federal do mesmo município. A obra trata da atividade interpretativa dos juízes, no exercício do controle de convencionalidade, que é uma forma de diálogo entre o ordenamento jurídico nacional e o ordenamento supranacional. O livro ilustra o exercício do controle de convencionalidade pelos magistrados brasileiros, através da análise de decisões judiciais sobre casos concretos: depositário infiel; exigência de diploma de curso superior para o exercício da profissão de jornalista; audiência de custódia e crime de desacato.



Poemas, Poesias e Amores

Assunto: Literatura Nacional

Autor: Tatti Munuera

Tatti Munuera é o pseudônimo de Tatiana D'Amico Munuera Reyes, servidora e oficial de gabinete da 5ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP. O livro é a reunião de 54 textos da autora que

foram escritos em diversas fases da vida, sempre que ela se sentiu sensibilizada com algum acontecimento vivido, dentre eles a experiência de percorrer os 800 km do Caminho de Santiago de Compostela.

CINEMA



OITO MULHERES E UM SEGREDO

Data de lançamento 7 de junho de 2018 (1h 50min)

Direção: Gary Ross

Elenco: Sandra Bullock, Cate Blanchett, Anne Hathaway.

Gêneros: Comédia, Policial
Nacionalidade: EUA

Recém-saída da prisão, Debbie Ocean (Sandra Bullock) logo procura sua ex-parceira Lou (Cate Blanchett) para realizar um elaborado assalto: roubar um colar de diamantes no valor de US\$ 150 milhões, que a Cartier mantém sempre em um cofre. O plano é convencer a empresa a emprestá-lo para que a estrela Daphne Kluger (Anne Hathaway) use a joia no badalado Met Gala, um dos eventos mais chiques e vistosos de Nova York.

HOME VÍDEO



CARROS 3

Data de lançamento 13 de julho de 2017 (1h 42min)

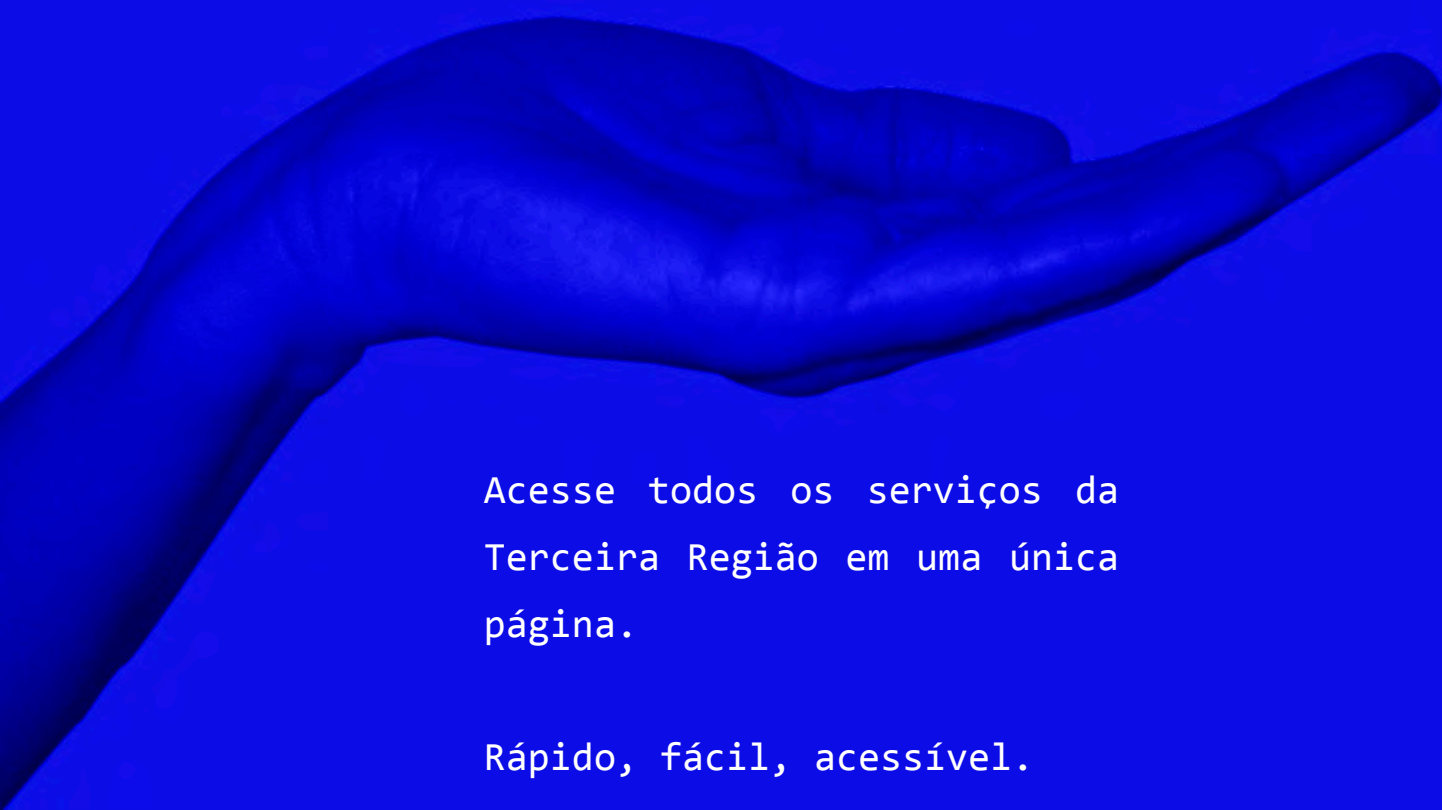
Direção: Brian Fee

Elenco: Giovanna Ewbank, Fernanda Gentil, Owen Wilson

Gêneros: Animação, Aventura
Nacionalidade: EUA

Veterano das pistas, o campeoníssimo Relâmpago McQueen se vê em apuros após o surgimento de um novato bastante veloz, Jackson Storm, que utiliza de alta tecnologia nos treinamentos.

CARTA DE SERVIÇOS DA JUSTIÇA FEDERAL



Acesse todos os serviços da
Terceira Região em uma única
página.

Rápido, fácil, acessível.

www.jfsp.jus.br/carta-servicos/